RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 06 de Novembro de 2026

República de Vorcaro/ Stéfano Benevides do Carmo

Opinião

Redação

Há algo maior do que a crise de um banco no caso Banco Master. O que provoca indignação em boa parte da sociedade brasileira é a percepção de que um empresário do sistema financeiro construiu uma rede de relações que alcançou diferentes ambientes do poder — empresarial, político e institucional.

Como uma pessoa conseguiu chegar tão perto do poder da República?

Não se trata de condenar antecipadamente ninguém — as investigações ainda precisam estabelecer responsabilidades, e relações pessoais, contratos ou conversas, isoladamente, não constituem prova de crime. Mas também não se pode ignorar a dimensão do que está sendo revelado. O cidadão brasileiro tem o direito de perguntar como essas relações foram construídas, quais interesses estavam envolvidos e até onde chegava a influência de cada personagem.

De banco a uma questão de Estado

Em 18 de novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master e de outras instituições do conglomerado. Segundo o BC, a decisão foi motivada por grave crise de liquidez, comprometimento significativo da situação econômico-financeira e graves violações às normas que regem as instituições do Sistema Financeiro Nacional.

A partir daí, o caso ganhou dimensões que ultrapassaram o sistema financeiro. As investigações da Operação Compliance Zero passaram a alcançar suspeitas de crimes contra o sistema financeiro, organização criminosa, obtenção indevida de informações e embaraço às investigações, entre outras condutas.

As mensagens extraídas do celular de Daniel Vorcaro também passaram a ocupar lugar central no debate: conversas com diferentes interlocutores, inclusive pessoas próximas aos centros de decisão, foram

incorporadas às discussões políticas e judiciais relacionadas ao caso.

É preciso separar aquilo que está documentado daquilo que ainda é hipótese investigativa. Mas existe uma questão que não pode ser ignorada: a amplitude da rede de relações que aparece ao redor do Banco Master. E essa amplitude alcança praticamente todos os níveis da República.

Do Banco Central aos fundos de previdência

O que torna o caso particularmente sensível é que as relações e os negócios investigados não estão restritos a uma única instituição ou a um único grupo político.

Há questões envolvendo o Banco Central, inclusive sobre a forma como o Master foi tratado em diferentes momentos e gestões.

Também há relações envolvendo o Poder Executivo. Gabriel Galípolo — então diretor de política monetária do Banco Central, já indicado por Lula para assumir a presidência da instituição — confirmou, em depoimento à CPI do Crime Organizado e ao Senado, ter participado, em dezembro de 2024, de uma reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Daniel Vorcaro e ministros.

Segundo Galípolo, o próprio Lula determinou ali que o caso seria tratado por ele mesmo, de forma técnica e autônoma, assim que assumisse o Banco Central — não que o assunto tivesse sido repassado a um diretor responsável, como se costuma resumir.

No Poder Legislativo, o caso provocou requerimentos, pedidos de investigação e audiências sobre operações envolvendo o Master, o BRB e fundos previdenciários. Mensagens extraídas do celular de Vorcaro, obtidas pelo Intercept, indicam ainda que o senador Flávio Bolsonaro negociou com o banqueiro R$ 134 milhões para financiar um filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, dos quais ao menos R$ 63,7 milhões teriam sido efetivamente repassados.

No Poder Judiciário, as informações extraídas do celular de Vorcaro chegaram ao Supremo Tribunal Federal e passaram a ser objeto de análise judicial.

Entre os documentos recuperados está a minuta de um contrato de honorários advocatícios de R$ 129 milhões, enviada por Viviane Barci de Moraes — advogada e esposa do ministro Alexandre de Moraes — diretamente ao WhatsApp de Vorcaro, além de uma segunda negociação, de R$ 50 milhões, que envolveria cotas de jato e helicóptero. O material integra hoje um inquérito que apura o vazamento de informações sigilosas sobre a família do ministro.

E existe ainda uma dimensão que talvez atinja diretamente a vida de milhares de servidores públicos: os fundos de previdência de estados e municípios. O Senado solicitou informações ao Ministério da Previdência sobre auditorias relacionadas a negócios com o Banco Master, e há registros de investimentos de regimes próprios de previdência social estaduais e municipais em ativos ligados ao Master.

As circunstâncias e eventuais irregularidades ainda precisam ser apuradas, mas a dimensão do problema não pode ser ignorada: não estamos falando apenas de dinheiro de investidores privados. Estamos falando também de recursos destinados à aposentadoria de servidores que contribuíram durante décadas.

Uma rede que atravessa a República

É justamente essa amplitude que precisa ser compreendida.

Banco Central. Executivo. Legislativo. Judiciário. Banco público. Estados. Municípios. Fundos de previdência. Mercado financeiro.

Não estou afirmando que todas essas instituições tenham sido capturadas por Vorcaro — não há base para uma afirmação dessa natureza. A pergunta é outra: como um empresário conseguiu estabelecer relações e negócios que alcançaram tantos pontos diferentes da estrutura do Estado brasileiro? Quando uma rede de relações atravessa diferentes governos, partidos, instituições e níveis da Federação, o problema deixa de ser partidário. Passa a ser institucional.

O dinheiro não tem ideologia

Existe a tentação de transformar todo grande escândalo brasileiro em disputa entre esquerda e direita. Esse caminho é fácil — e insuficiente. O dinheiro não tem partido: ele procura oportunidades, negócios, acesso e influência.

Por isso, se houver irregularidade envolvendo alguém da direita, do centro ou da esquerda, que seja investigado. E se houver participação de agentes públicos, independentemente do cargo ou da instituição, que os fatos sejam apurados dentro da lei.

A régua precisa ser a mesma para todos. Não podemos querer investigação quando o suspeito é nosso adversário e pedir silêncio quando o personagem está do nosso lado.

O que as conversas revelam?

Talvez essa seja a parte mais delicada do caso — não pelo conteúdo de uma mensagem específica, mas pelo que a existência dessas interlocuções pode ajudar a revelar sobre as relações entre dinheiro e poder.

Quem procurava quem? Quem abria as portas? Quais eram os interesses? Quais relações eram empresariais e legítimas? Onde poderiam existir conflitos de interesse? Houve favorecimento, acesso indevido a informações ou tentativa de interferência em instituições?

São perguntas que não podem ser respondidas por torcida política. Precisam ser respondidas por documentos, contratos, mensagens, depoimentos, perícias e decisões judiciais — e, se irregularidades forem comprovadas, por responsabilização.

Por que isso revolta o cidadão?

O cidadão comum conhece a distância que existe entre ele e o poder. Para conseguir crédito, apresenta documentos. Para abrir uma empresa, enfrenta burocracia. Para defender seus direitos, procura advogados.

O produtor rural oferece patrimônio e garantias para obter financiamento; o pequeno empresário coloca suas economias em risco para manter o negócio. Nenhum deles tem, em geral, acesso direto aos círculos onde grandes decisões são tomadas.

Por isso, quando surgem notícias de relações estreitas entre dinheiro e poder, a indignação não é apenas política. É social. É a sensação de que existem cidadãos que precisam enfrentar todas as portas enquanto outros parecem encontrar portas abertas. Daí nasce uma velha máxima brasileira:

“Cadeia é para pobre.”

A frase não é uma regra jurídica. É uma percepção amarga sobre desigualdade, acesso à Justiça e impunidade — e é justamente essa percepção que uma democracia deveria ser capaz de combater. Ninguém deve ser preso por ser pobre. Ninguém deve deixar de responder por seus atos porque é rico. Ninguém deveria ter tratamento privilegiado porque conhece pessoas poderosas.

A igualdade perante a lei precisa existir na prática, e não apenas no texto.

E se o problema for estrutural?

Talvez a pergunta mais incômoda que o caso Master deixe para o Brasil seja esta: estamos diante de mais um escândalo ou de um problema estrutural da República? Ao longo das últimas décadas, o Brasil enfrentou sucessivos episódios de corrupção, tráfico de influência e relações pouco transparentes entre interesses privados e agentes públicos. Os personagens mudam, os governos mudam, os partidos mudam — mas a pergunta permanece: temos mecanismos suficientemente fortes para impedir que dinheiro, influência e relações pessoais se transformem em poder sobre as instituições?

O caso Master torna essa pergunta ainda mais necessária porque a discussão não envolve apenas Brasília: envolve também estados e municípios. Quando recursos de regimes próprios de previdência são direcionados a instituições financeiras privadas, estamos falando do dinheiro que deveria garantir aposentadorias e pensões. Não é dinheiro de partido nem de governo. É dinheiro do trabalhador.

O setor produtivo também está nessa história

É nesse ponto que o setor produtivo entra no debate. Quem produz depende de crédito, bancos, seguradoras, fundos, contratos e segurança jurídica — depende, sobretudo, de acreditar que as regras são previsíveis e aplicadas de forma semelhante a todos. Quando a confiança nas instituições diminui, o problema não fica restrito a Brasília: chega ao campo, às empresas, aos investimentos, ao custo do crédito, à economia real.

Quem produz não pode competir em um ambiente no qual relações pessoais parecem valer mais do que regras transparentes. Por isso, defender instituições fortes não é uma pauta partidária. É também uma pauta econômica.

A República não pode ter dono

Talvez “República de Vorcaro” seja justamente uma provocação — não para afirmar que Daniel Vorcaro controlava a República, mas para perguntar até onde uma rede de dinheiro, relações e influência pode chegar dentro de uma democracia.

O caso ainda está em investigação. Muitas perguntas permanecem sem resposta, muitas pessoas mencionadas não são acusadas de qualquer crime, e qualquer responsabilização deverá respeitar o devido processo legal e o direito de defesa. Mas existe algo que a sociedade pode exigir desde já: transparência. Não se trata de escolher entre acreditar cegamente nas instituições ou nas acusações — trata-se de exigir que os fatos sejam

esclarecidos, que os documentos sejam examinados, que as relações sejam explicadas e que ninguém esteja acima da lei.

O Brasil já convive há muito tempo com a percepção de que dinheiro e influência podem criar atalhos que o cidadão comum não possui. É essa percepção que precisa ser vencida — porque uma República democrática pode conviver com grandes empresários, grandes bancos e grandes fortunas. O que ela não pode aceitar é a dúvida permanente sobre se o poder econômico conseguiu chegar perto demais do poder institucional.

No fim, a questão não é saber se Vorcaro estava próximo da direita, da esquerda ou do centro. A questão é saber como essa proximidade foi construída, para que serviu e se, em algum momento, ultrapassou os limites da lei e do interesse público. As respostas devem vir das instituições. Mas a pergunta pertence a todos nós.

Porque dinheiro pode comprar empresas, financiar negócios, contratar os melhores advogados e abrir muitas portas. Mas não pode comprar a República.

E, se a República tiver realmente de provar que ninguém está acima dela, o caso Master oferece uma oportunidade para fazer exatamente isso.

Stéphano Benevides do Carmo — CEO da Classe A Agro e ex-secretário adjunto de estado de Educação Profissional e Ensino Superior da Seciteci-MT